

Ausência lamentável

O recesso parlamentar terminou no dia 31 e as duas Casas do Congresso retomaram, oficialmente, os trabalhos no dia primeiro de agosto com o compromisso, assumido pelos integrantes das Mesas e das lideranças partidárias, de levar à votação pelo menos as questões mais importantes. Entre elas, o veto presidencial ao projeto de política salarial da Câmara, a regulamentação do limite às taxas de juros, o Plano de Custeio e Benefícios da Previdência, a Lei Agrícola e o Código de Defesa do Consumidor.

Já nos primeiros dias do mês, porém, tornou-se claro que dificilmente os parlamentares em campanha nos respectivos estados se dispõem a vir a Brasília. Prontamente, as Mesas definiram um cronograma de votações considerado "realista" e acertaram a realização de "esforços concentrados" para apreciar as matérias prioritárias. De acordo com o cronograma e com as datas para o esforço extraordinário, foram estabelecidas as pautas do Senado, da Câmara dos Deputados e das sessões conjuntas do Congresso.

O primeiro "esforço concentrado", como o recesso de julho, termina oficialmente amanhã, mas exibindo resultados insignificantes. Tanto na terça como na quarta-feira não houve quorum na Câmara dos Deputados. No Senado, onde apenas um terço de seus membros disputa a reeleição (e uns poucos concorrem a outros cargos), houve quorum na terça-feira para aprovar matérias secundárias. Ontem, no entanto, os governistas se retiraram para impedir a votação da

questão previdenciária. Para as sessões conjuntas do Congresso não houve quorum, o que torna improvável que o esforço de hoje produza algo.

Na pauta da Câmara, ontem, constavam o projeto de regulamentação da taxa de juros e o projeto de Lei Agrícola — dois dos temas mais importantes em tramitação no Legislativo, e urgentes, considerando-se a atual situação econômica do País, inclusive com a perspectiva de uma crise no setor agrícola. Ambos os projetos, assim como o relativo à Previdência, referem-se à regulamentação de artigos da Constituição, cujo prazo para votação, estabelecido pelos próprios parlamentares, já venceu há muito.

Deve ficar absolutamente claro que, ao criticar a pífia atuação parlamentar, não se está negando o direito de deputados e senadores fazerem campanha pela reeleição. Longe disto. É inaceitável, contudo, que a reeleição seja um fim em si mesma; que se proteja votações da maior importância para o País, descumprindo o compromisso assumido pelos próprios políticos. É igualmente intolerável que se tente inverter os papéis, atribuindo aos autores dessas críticas intenções antiparlamentares ou ainda antidemocráticas. A este propósito, convém recordar que o comparecimento ao Congresso foi pequeno mesmo entre os integrantes da bancada do Distrito Federal.

O próximo "esforço concentrado" está previsto para os dias 21, 22 e 23. Seria conveniente a presença dos senhores congressistas, nem que fosse com a intenção eleitoreira de mostrar algum serviço à Nação.